

Relatório

PROJETO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO PARÁ



ETAPA MARAJÓ

MUNICÍPIO:

BAGRE



Equipe Técnica

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheira Substituta ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

ELEN PANTOJA DE MORAES

ELISA DO SOCORRO MELO RESQUE

EVERALDO LINO ALVES

FELIPE FERNANDES DE SOUZA

MARIA DO SOCORRO PESSOA DA SILVA

MARINICE PUREZA GOMES

Apoio

EDSON PAIVA DE MENEZES

RAFAEL VINICIUS MELO DOS SANTOS



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. METODOLOGIA	06
3. RESULTADOS	08
3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS	09
3.1.1. Taxas de Rendimento Escolar	09
3.1.2. Distorção Idade-Série	11
3.1.3. Aprendizado Adequado	12
3.1.4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	13
3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES	15
3.2.1. Fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais	15
3.2.2. Universalização, Acesso e Permanência na Escola	19
3.2.3. Infraestrutura Escolar	26
3.2.4. Política Pública de Alimentação Escolar	27
3.2.5. Política Pública de Atendimento no Transporte Escolar	32
3.2.6. Valorização dos Profissionais da Educação	35
3.2.7. Fortalecimento dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras	38
CONCLUSÃO	44
ENCAMINHAMENTO	45
Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de Bagre	48



1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de cooperar para melhores e mais amplos resultados das políticas públicas educacionais no âmbito dos municípios paraenses, e considerando a necessidade de enfrentamento de reconhecidos desafios que se apresentam agravados diante dos efeitos da pandemia da COVID-19, foi concebido o **Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará**.

O Projeto constitui uma estratégia inovadora no âmbito desta Corte de Contas, pois pressupõe um olhar para o território, local onde a política pública se concretiza, ou deveria se concretizar, e busca refletir sobre os desafios e soluções possíveis de implementação de forma regionalizada e articulada, a fim de transformar realidades e, por conseguinte, promover a entrega efetiva de um direito fundamental.

Tem como objetivo geral contribuir para o progresso da qualidade da educação nos municípios paraenses, por meio da garantia do acesso, da permanência e do efetivo aprendizado dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 7 (sete) dimensões que representam os eixos estruturantes definidos no citado Projeto, que são: fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais; universalização do ensino; infraestrutura; alimentação escolar; transporte escolar; valorização dos profissionais do magistério e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros).

Para a realização da etapa inicial - Projeto Piloto, foi contemplado o Arquipélago do Marajó, cuja escolha pautou-se em critérios de territorialidade e, por conseguinte, na oportunidade de se propiciar intervenções de forma simultânea e sinérgica, considerando que a mencionada região reúne 17 (dezessete) municípios – Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará (este último passou a fazer parte da Região de Integração do Marajó em janeiro/2022) – que apresentam peculiaridades geográficas, climáticas e culturais, além de cenário de extrema pobreza decorrente de sua economia fragilizada que resulta em baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inclusive o pior do país, com os

indicadores sociais apontando baixa qualidade da educação, com elevadas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme análise de dados oficiais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), DATASUS e TC Educa.

Nesse contexto, o Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará foi formulado como um mecanismo capaz de impulsionar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, favorecendo a atuação dialógica e interinstitucional, com o objetivo de conhecer in loco a realidade do sistema de ensino vivenciada nos municípios paraenses, suas fragilidades, suas deficiências e a viabilidade de reversão da realidade adversa quando constatada, a partir da avaliação diagnóstica e proposição de soluções compartilhadas, com potencialidade de melhorar e fortalecer a educação.

Com a anuência da Presidente deste TCMPE, a idealização desse Projeto – etapa piloto coube ao grupo de trabalho coordenado pelo Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares, Relator das contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, na condição de membro convidada. Também integram o grupo os servidores oriundos do Gabinete do Conselheiro Relator e da 2ª Controladoria, que detêm vinculação com o exame e acompanhamento das contas dos municípios contemplados, bem como os técnicos que compõem a CSE/DIPLAMFCE, que são responsáveis pela oferta dos conhecimentos especializados da área de educação e, pelas medidas necessárias à futura extensão do projeto aos demais municípios de Estado do Pará, a critério de cada Conselheiro Relator.



2. METODOLOGIA

Para execução do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, em sua etapa Piloto, estruturou-se o desenvolvimento das atividades em 4 (quatro) fases, tendo sido avaliadas e consideradas as seguintes limitações: a) o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, uma vez que as atividades foram iniciadas em janeiro de 2021 e b) impossibilidade de visitar a totalidade das escolas do município em virtude da distância territorial e dificuldade de acesso, decorrentes das características geográficas da região e diante do cronograma estabelecido para o projeto.

1ª FASE

em regime de home office, procedeu-se o levantamento de indicadores da educação pública municipal no Arquipélago do Marajó, tendo como fonte preliminar os dados oficiais consolidados na plataforma QEdu Gestão (plataforma que auxilia a análise de dados das redes de ensino ou escolas relacionados a perfil docente, infraestrutura, aprendizados dos alunos, entre outros), em uma versão elaborada especificamente para os municípios do Marajó, a partir da qual foram coletados somente os dados concernentes (1) à nota do IDEB, (2) Taxa de Analfabetismo e (3) Distorção Idade Série. Todavia, levando-se em conta o entendimento predominante entre diversos estudiosos da área educacional de que os índices inicialmente adotados não constituem indicadores suficientes para a compreensão da realidade educacional, recorreu-se a uma rede de apoio ofertada ao TCMPA, pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB) e o Interdisciplinaridade Evidência e Debates Educacionais (IEDE), o que resultou, após realização de reuniões virtuais, na elaboração conjunta de questionários alinhados aos 7 (sete) eixos de abordagem que estruturam o projeto, possibilitando a ampliação e aprimoramento dos dados a serem coletados.

2ª FASE

em razão da impossibilidade da realização de viagens e a necessidade, ainda, de distanciamento social, nos meses de abril e maio de 2021, procedeu-se a aplicação dos questionários aos secretários municipais de educação e coordenadores pedagógicos das escolas localizadas nas zonas urbana e rural dos 16 (dezesseis) municípios do Arquipélago do Marajó, mediante entrevistas realizadas em plataforma virtual. Naquele momento, Oeiras do Pará ainda não fazia parte do Marajó.

**3ª
FASE**

Na terceira fase, após a liberação de viagens, deu-se início ao ciclo de visitas, programado para alcançar os 17 (dezesete) municípios da Região do Marajó, com o objetivo de:

a) reunir com o Poder Legislativo, Ministério Público, Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Educação e sua equipe técnica, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, integrantes dos Conselhos de Controle Social – Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb), e Conselho Municipal de Educação (CME), os Conselhos Escolares, representantes da sociedade civil e, onde houver, representantes locais das Universidades Públicas;

b) proceder a visitação de escolas, por amostragem, das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores. A finalidade das visitas aos municípios vai além de coletar/validar dados, mas, especialmente, oportuniza à equipe técnica conhecer e avaliar in loco da realidade vivida pelos alunos da rede pública de ensino, tanto em relação ao sistema educacional, quanto à situação sócio/econômica, bem como possibilita a sensibilização dos principais atores envolvidos com a concretização da política pública, buscando conscientizá-los da importância da participação de todos no Projeto.

**4ª
FASE**

consiste na elaboração de diagnóstico, ou seja, na identificação das possíveis deficiências que ocasionam a ineficiência do sistema educacional, assim como na proposição de potenciais soluções, o que se faz com base no levantamento da situação escolar e nas informações coletadas a partir da aplicação dos questionários, da pauta das reuniões realizadas com as diversas instituições envolvidas, da observação direta das características locais geográficas, climáticas e culturais, bem como do conhecimento da gestão, em sua perspectiva administrativa, estrutura física das escolas, transporte, alimentação escolar e aspectos pedagógicos.

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas no **Município de Bagre**, em conformidade com a metodologia acima exposta. A elaboração do presente relatório coube à equipe designada para proceder a visitação in loco, nos termos das Portarias nº 0920 e 0921-TCMPA, de 31/08/2021 e 01/09/2021, respectivamente.



3. DOS RESULTADOS



No período de
07 a 11
setembro
2021

A equipe técnica visitou o Município de Bagre. Na ocasião, foram realizadas reuniões com a Câmara dos Vereadores, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e equipe técnica, Conselhos de Controle Social (CAE, CACS-Fundeb, CME) e representantes da sociedade civil.



Procedeu-se, também, à visita às escolas selecionadas das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores.



No presente relatório, os resultados dos trabalhos encontram-se expostos em **2 (duas) partes**. Na primeira delas, descreve-se a conjuntura do município a partir da demonstração dos indicadores educacionais, coletados e analisados, cotejando-os com o cenário Estadual e Nacional; na segunda, apresenta-se a avaliação das 7 (sete) dimensões da política educacional, que constituem os eixos estruturantes definidos no Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, que ao final subsidiará o encaminhamento de ações, que possam contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento da educação.

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS

Segundo o INEP, ano base 2021, a rede pública municipal de ensino de Bagre é composta por 6 (seis) unidades escolares na zona urbana e 53 (cinquenta e três) unidades escolares na zona rural, para atender 6.648 (seis mil e seiscentos e quarenta e oito) alunos matriculados.

De acordo com o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), realizado em 2010, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Bagre ocupa no cenário regional (arquipélago do Marajó) o 15º lugar, e figura na posição nacional de nº 5.558, com indicadores educacionais que revelam o baixo desempenho da rede municipal.

Esse resultado apresentado pelo IDHM é afetado, dentre outros determinantes, pelos indicadores educacionais ocorrentes no município, e neste caso também envolve o resultado apresentado pela rede de ensino estadual. A princípio, leva a entender que o resultado dos indicadores educacionais naquele ano não foi satisfatório.

Os dados educacionais referentes a 2021, dez anos depois da divulgação do IDHM, demonstram que o contexto desfavorável não foi revertido, conforme indicadores selecionados para avaliação do Projeto, a seguir evidenciados.

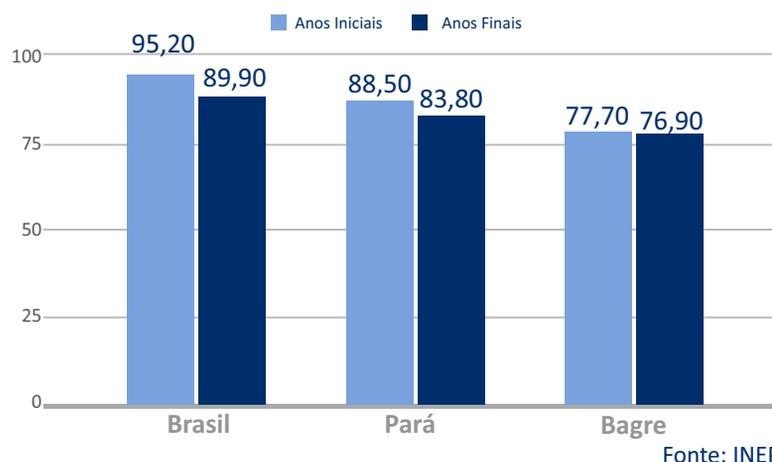
3.1.1. TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

As taxas de rendimento escolar de cada instituição constituem indicadores utilizados no cálculo do IDEB. São apuradas ao final de um ano letivo e indicam a quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola.

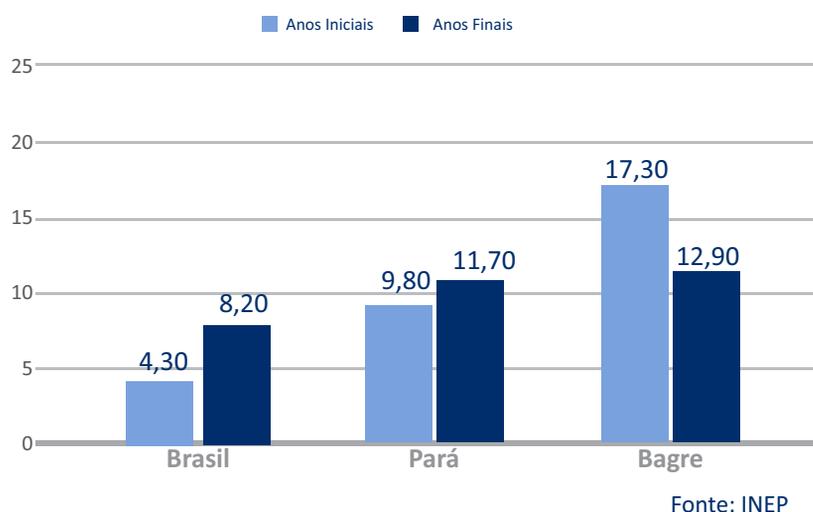
A taxa de reprovação de alunos do município de Bagre é de 17,30% nos anos iniciais e de 12,90% nos anos finais, apresentando-se maior que a taxa de reprovação do estado do Pará, no qual o índice apresenta-se em torno de 10% nos anos iniciais e finais, bem como o índice de abandono do município é 2,5 vezes maior que a média do restante do estado (Quadro 1).

Gráfico 1 – Taxas de Rendimento Brasil/Pará/Bagre - 2019

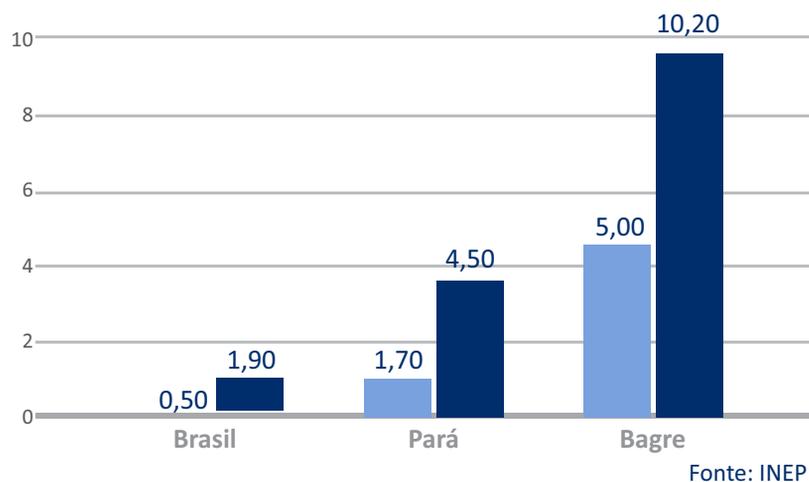

APROVAÇÃO




REPROVAÇÃO




ABANDONO



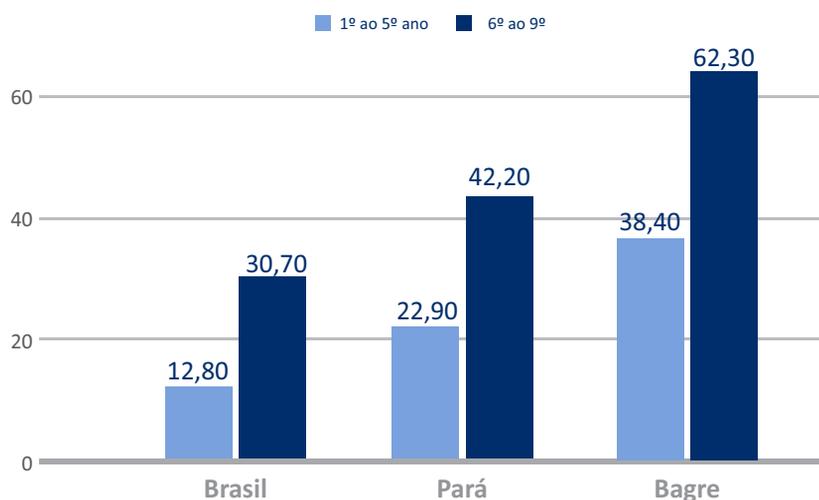
3.1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é definida pela proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, o ensino fundamental compreende a fase do 1º ao 9º ano, devendo-se garantir o ingresso da criança aos 6 anos de idade, com expectativa de conclusão dessa etapa de escolarização aos 14 anos.

A taxa de reprovação evidenciada no item anterior, em uma primeira análise, constitui fator que contribui para a distorção idade-série que, em Bagre, é de 38,40% do total de alunos dos anos iniciais, que representa um acréscimo de quase 70% acima do índice do restante do estado, que é de 22,90%, agravando-se nos anos superiores, quando essa taxa de distorção se eleva para 62,30%, ou seja, a cada grupo de 100 (cem) alunos, 62 (sessenta e dois) encontram-se com pelo menos 2 (dois) anos de atraso escolar (Quadro 2).

Gráfico 2 – Taxas Distorção Idade Série Brasil/Pará/Bagre - 2019

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE (%)



Fonte: INEP

3.1.3. APRENDIZADO ADEQUADO

O aprendizado adequado pressupõe o domínio de competências que demonstrem a proficiência do aluno, ou seja, sua compreensão, habilidade, preparo e conhecimento em determinada disciplina. Com a aplicação da Prova Brasil, foram indicadas pontuações a partir das quais os alunos podem ser considerados com domínio da competência avaliada. De acordo com a pontuação obtida, os alunos são distribuídos em quatro níveis de proficiência (insuficiente, básico, proficiente e avançado). São considerados alunos com aprendizado adequado aqueles que têm bom aproveitamento e estão nos níveis proficiente e avançado (Quadro 1).

Quadro 1– Escala de Aprendizagem - 2019

NÍVEIS DE ENSINO	INADEQUADO		ADEQUADO	
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
 5º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	0 a 149 pts	150 a 199 pts	200 a 249 pts	> de 250 pts
	0 a 174 pts	175 a 224 pts	225 a 274 pts	> de 275 pts
 9º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	0 a 199 pts	200 a 274 pts	275 a 324 pts	> de 325 pts
	0 a 224 pts	225 a 299 pts	300 a 349 pts	> de 350 pts

Fonte: INEP

As altas taxas de reprovação e abandono são fatores que impactam no cálculo que define a escala de aprendizagem do aluno, condicionando, neste caso, ao nível de aprendizagem inadequado, seja no nível insuficiente seja no nível básico. De acordo com o Quadro 4, verifica-se que: a) a média da proficiência dos alunos de Bagre do 5º e 9º ano em português e matemática está situada no nível básico, grau inadequado, situação idêntica do resultado apresentado pelo estado do Pará; b) o percentual de alunos de Bagre com aprendizado em português manteve-se em 23% tanto no 5º quanto no 9º ano, mas em matemática decresceu de 19% para 11%, resultando que na conclusão do ensino fundamental, de um total de 100 alunos, apenas 23 alunos têm aprendizado adequado em português e somente 11 alunos em matemática. Essa constatação não está muito diferente dos dados do Pará como um todo. Essa constatação é alarmante.

Quadro 2 – Aprendizado Adequado e Média de Proficiência Brasil/Pará/Bagre - 2019

NÍVEIS DE ENSINO	APRENDIZADO ADEQUADO (% de alunos)			MÉDIA DA PROFICIÊNCIA		
	BRASIL	PARÁ	BAGRE	BRASIL	PARÁ	BAGRE
 5º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	55,00	34,00	23,00	210,78	192,27	174,28
	45,00	23,00	19,00	223,90	202,54	191,07
 9º ANO PORTUGUÊS MATEMÁTICA	33,00	21,00	23,00	254,10	242,24	245,36
	17,00	8,00	11,00	255,57	240,65	243,53

Fonte: INEP

3.1.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é o principal indicador da qualidade do ensino no Brasil, medido em uma escala que vai de 0 a 10, cujo cálculo obtém-se a partir da combinação de dois critérios de avaliação da educação, que são: o aprendizado e o fluxo escolar. O aprendizado corresponde ao resultado dos estudantes avaliados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aferido tanto pela Prova Brasil (avaliação censitária do ensino público) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que inclui também a rede privada, enquanto o fluxo representa a taxa de aprovação dos alunos.

No município de Bagre, o baixo fluxo de alunos (decorrente das altas taxas de reprovação e de abandono) manteve o IDEB baixo em 2019, prejudicando o bom resultado alcançado.

O nível de aprendizagem dos alunos de Bagre, tanto de 1º ao 5º ano quanto de 6º ao 9º ano, é em torno de 5%, estando muito próximo dos resultados do Pará, e ambos inferiores à realidade do país. Com relação ao fluxo, o índice situa-se entre 0,78 e 0,79, significando, em média, que, a cada 10 alunos, 7 seguem regularmente para a série posterior, realidade quase que idêntica aos dados do Pará. Também relevante é a repercussão que esses resultados estão gerando no IDEB: os alunos de Bagre só conseguiram uma pontuação média de 3,7 (1º ao 5º ano) e 4,0 (6º ao 9º ano), enquanto a do Pará oscila de 4,7 a 3,9, e a do Brasil de 5,6 a 4,6, ou seja, o desempenho dos alunos de Bagre está em um nível inferior ao do estado e a dois níveis inferiores ao do país (Quadro 3).

Quadro 3 – IDEB Brasil/Pará/Bagre - 2019

			APRENDIZADO	FLUXO	IDEB
	BRASIL	1º AO 5º ANO	6,02	0,94	5,66
		6º AO 9º ANO	5,21	0,89	4,64
	PARÁ	1º AO 5º ANO	5,33	0,88	4,69
		6º AO 9º ANO	4,71	0,83	3,91
	BAGRE	1º AO 5º ANO	4,78	0,78	3,73
		6º AO 9º ANO	5,05	0,79	3,99

Fonte: INEP

Na série histórica evidenciada no Quadro 4 constata-se que o município de Bagre está com o IDEB abaixo do projetado, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, demonstrando que a rede municipal precisa de atenção.

Quadro 4 – Série Histórica Projetada x Realizada – Brasil/Pará/Bagre – 2015-2019

	IDEB ANOS INICIAIS	IDEB PROJETADO			IDEB REALIZADO		
		2015	2017	2019	2015	2017	2019
	BRASIL	4,8	5,1	5,4	5,3	5,6	5,7
	PARÁ	4,0	4,3	4,6	4,3	4,5	4,6
	BAGRE	4,1	4,4	4,7	3,8	3,9	3,7
IDEB ANOS FINAIS							
		2015	2017	2019	2015	2017	2019
	BRASIL	4,3	4,6	4,9	4,1	4,3	4,6
	PARÁ	4,4	4,7	4,9	3,6	3,6	3,9
	BAGRE	4,4	4,6	4,9	3,3	3,4	4,0

Fonte: INEP

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES

3.2.1. FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A gestão das políticas municipais de educação, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (unidade gestora), requer conhecimento de gestão pública, das legislações que norteiam a área educacional, da realidade da rede de ensino em que irão atuar, dos recursos financeiros disponíveis, da importância da formação dos profissionais que integram o quadro de servidores, para tanto, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico para assinalar as deficiências e direcionar suas ações aos setores que merecem maior atenção.

Na avaliação, foram considerados aspectos relevantes e que reconhecidamente conduzem ou podem conduzir ao fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais, em médio e longo prazo, bem como levou-se em conta a adoção de medidas indispensáveis ao enfrentamento de situações urgentes e inadiáveis.



Planejamento

O planejamento constitui um importante instrumento para a eficiência no alcance dos resultados da gestão. É imprescindível, que o gestor municipal tenha conhecimento de sua realidade e das políticas públicas educacionais a serem implementadas, determine as diretrizes que envolvem todo o corpo técnico que compõe a gestão para juntos planejarem os objetivos, diretrizes e metas que permitirão o alcance dos objetivos estratégicos elencados.

a) Situação Encontrada

Na visita *in loco* verificou-se que a gestão da Secretaria Municipal está fragilizada, sem definição de estratégias e sem composição de corpo técnico habilitado, da qual decorre a situação precária da infraestrutura dos estabelecimentos educacionais, do fornecimento da alimentação escolar e da oferta de transporte escolar.

b) Problema Identificado

Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares.

c) Solução Proposta

Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento.



Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede

É de grande relevância que o município possua uma plataforma de gestão em rede imprescindível para qualificar a administração e conseguir que os alunos realmente aprendam, não repitam o ano e frequentem a sala de aula, bem como para beneficiar gestores, professores, funcionários, alunos e pais com recursos que contribuam para a melhoria do desempenho do município, principalmente nas avaliações externas.

Uma plataforma que possibilite o gerenciamento do acervo acadêmico, criada para centralizar as informações e integrar os setores da Secretaria Municipal de Educação. O principal objetivo da plataforma é modernizar todos os setores da Secretaria. Mas possui também outras finalidades como: controle dos principais processos, reduzindo custos, tempo de trabalho e possibilidade de erros; gestão otimizada dos processos relativos ao corpo docente, inclusive dos concursos de designação temporária e remoção; agilidade nas rotinas de matrícula e disponibilização do resultado final; possibilita melhorias nas práticas pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem; precisão e rapidez nas rotinas de prestação de contas à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério da Educação.

a) Situação Encontrada

Verificou-se na visita in loco que as atividades desenvolvidas pelos servidores dos diversos estabelecimentos educacionais ocorrem sem ferramentas de integração que possibilite a alimentação e remessa de informações de toda a rede, de forma tempestiva, e que assegure uma avaliação sistematizada e pormenorizada.

Segundo a Secretária Municipal, em 2020 a Secretaria começou a utilizar plataforma de acompanhamento com vistas a uma gestão de resultados, a Plataforma Conviva (do FNDE), porém, em 2020, o acompanhamento foi incipiente, em 2021 a Secretaria orientou a retomada dos acompanhamentos.

As coordenadoras pedagógicas desconhecem a utilização de uma plataforma de acompanhamento, tendo relatado que as informações escolares bimestrais são repassadas para a SEMED por meio de relatórios impressos. Segundo os professores da zona rural, a escola encaminha semestralmente para a Secretaria um Mapa de Avaliação dos alunos.

b) Problema Identificado

Não utilização efetiva pela SEMED e pelas escolas da rede municipal das ferramentas disponibilizadas pela plataforma de gestão Conviva.

c) Solução Proposta

Propiciar a infraestrutura necessária que possibilite a utilização pela gestão escolar do município das ferramentas disponibilizadas pela Plataforma de Gestão Conviva, para garantir a integração das informações e o acompanhamento dos resultados da rede municipal.



Estrutura Organizacional da Rede

A estrutura organizacional diz respeito aos mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades rotineiras, que compreende a infraestrutura do prédio, quadro de servidores (com definição de quantitativo e competências), tecnologia da informação, dentre outros.

a) Situação Encontrada

A Secretária Municipal relatou uma baixa capacidade de desenvolvimento das atividades em decorrência da inadequação do prédio da SEMED.

b) Problema Identificado

A estrutura predial da Secretaria é inadequada.

c) Solução Proposta

Proceder o levantamento das necessidades de adequação da infraestrutura do prédio da SEMED para o desenvolvimento das atividades rotineiras da Secretaria e, em seguida, providenciar a reforma e/ou ampliação, bem como prover a Secretaria de todo o mobiliário e equipamentos necessários.



Seleção de Gestores Escolares

A definição e observância de critérios técnicos de mérito e desempenho qualificam a escolha de diretores de escola, e, por conseguinte, contribuem para a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Imprescindível destacar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu como inconstitucional a eleição direta para diretores escolares, por ferir prerrogativa de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo (ADI 2997). Contudo, não há impedimento que se efetive a gestão democrática, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta à comunidade escolar, uma vez que tal providência guarda conformidade com Plano Nacional de Educação (Meta 19), e por conseguinte, nos Planos Municipais de Educação.

a) Situação Encontrada

A Lei Municipal nº 005/05-GP, que estabeleceu o PCCR dos servidores do magistério da rede municipal, define critérios técnico-pedagógicos para a escolha de diretor das escolas, em que a designação de diretor de escola será precedida por nomeação dentre os servidores do quadro efetivo do magistério público municipal, com 02 (dois) anos de docência no magistério.

Segundo informações da Secretária Municipal, a escolha dos diretores da rede municipal vem decorrendo com base no critério pedagógico e experiência, e por indicação política.

b) Problema Identificado

A escolha de diretores decorrente de indicação política não contempla toda a observância dos critérios técnico-pedagógicos definidos pela própria gestão municipal.

Os critérios técnico-pedagógicos definidos pela legislação municipal não contemplam, em sua totalidade, as competências necessárias para o exercício da função de gestor escolar, quanto às habilidades administrativas e organizacionais, habilidades de comunicação e características individuais próprias, como liderança, autoridade e inovação.

c) Solução Proposta

Adequar a legislação municipal para contemplar todas as competências técnicas necessárias ao exercício da função de diretor escolar da rede pública municipal, e observar os critérios técnico-pedagógicos definidos para escolha de diretor escolar.

3.2.2. UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

A Constituição Federal preceitua que *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."* (art. 205).

Ao tratar a educação como um direito de todos, a Carta Magna estabelece a universalização do ensino como caminho para construção de uma sociedade democrática, com a promoção do desenvolvimento da pessoa e de sua qualificação para o trabalho, determinado como dever correspondente a cargo da família e do Estado para alcançar tal fim, a colaboração, a promoção do acesso e da permanência de todos, principalmente das crianças e adolescentes, nos bancos escolares.



Realização de Busca Ativa Escolar

A busca ativa escolar é uma estratégia que objetiva garantir o retorno e a permanência dos alunos na escola, através de ações que envolvem a mobilização não somente dos educadores, mas de profissionais de diversas áreas como saúde, assistência social, conselho tutelar, o envolvimento da família, e que evitem o risco do abandono, intensificado pela pandemia, possibilitando aos municípios a obtenção de dados relevantes para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas favoráveis à inclusão escolar, efetivando a matrícula de crianças, jovens e adultos, assegurando assim a permanência de todos nas unidades escolares.

a) Situação Encontrada

De acordo com os dados coletados no INEP, houve redução no número total de matrículas da Educação Infantil, da Educação Fundamental do 1º ao 5º ano, e da EJA, somente ocorrendo acréscimo na Educação Fundamental do 6º ao 9º ano (Quadro 5).

Quadro 5 – Bagre: Matrículas realizadas - 2019-2021

NÍVEIS DE ENSINO (EDUCAÇÃO)	2019	2020	2021
 Infantil	857	783	818
 Fundamental - 1º ao 5º	3.449	3.304	3.105
 Fundamental - 6º ao 9º	2.070	2.214	2.504
 Fundamental - 6º ao 9º	252	212	223
TOTAL	6.565	6.513	6.648

Fonte: INEP

De acordo com a Secretária Municipal, são utilizadas como estratégias para diminuir a evasão escolar na rede municipal: a) o monitoramento da presença de alunos; b) campanhas para pais e alunos; c) ações intersetoriais para acompanhamentos dos alunos infrequentes com a Assistência Social e Conselho Tutelar; d) visitas às comunidades.

b) Problema Identificado

As ações realizadas produziram um resultado favorável apenas no segmento da educação fundamental do 6º ao 9º ano.

c) Solução Proposta

Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos da educação infantil, ensino fundamental do primeiro segmento e do EJA, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos.



Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal

Para checagem do conhecimento dos alunos em habilidades/objetivos de aprendizagem específicos, necessária se faz a realização de procedimento avaliativo diagnóstico periódico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica.

a) Situação Encontrada

Segundo informado pela gestão, a avaliação diagnóstica realizada no município limita-se à avaliação anual realizada nas escolas no início do ano pelos professores, para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos.

b) Problema Identificado

Não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série.

c) Solução Proposta

Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem envolvendo os alunos da rede municipal de ensino.



Projetos Pedagógicos com Vistas à Melhoria dos Resultados

A melhoria dos indicadores relativos à nota do IDEB, taxa de analfabetismo e distorção idade-série requer, dentre outras ações, a elaboração de projetos que contemplem estratégias pensadas pela gestão a partir da realidade local.

a) Situação Encontrada

A visita *in loco* nas escolas possibilitou verificar que alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental apresentam dificuldades na escrita, leitura e interpretação, caracterizando situação de analfabetismo absoluto e funcional no município.

A Secretária informou que a estratégia utilizada para a superação do analfabetismo é a disponibilização de turmas de EJA nas escolas públicas da zona urbana, para superação da distorção idade-ano, a criação de classes para aceleração da aprendizagem e revisão das práticas de classe regular e, para a melhoria dos resultados do IDEB, o projeto Prova Unificada do município.

Nas escolas visitadas, as atividades estão sendo desenvolvidas sem definição de metas e ações necessárias à melhoria do processo de ensino aprendizagem. Os gestores escolares relatam afastamento das famílias no acompanhamento da vida escolar dos alunos.

b) Problema Identificado

Inexistência de estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB.

Insuficiência de estratégias para assegurar a participação das famílias nas atividades escolares.

c) Solução Proposta

Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

As escolas têm que ampliar as estratégias direcionadas à sensibilização das famílias quanto à relevância da participação na vida escolar.



Turmas Multisseriadas

As turmas multisseriadas seguem regulamentação da Resolução CNE/CEB nº 002/2008 e atendem aos alunos que se encontram na mesma classe, porém possuem faixas etárias e séries diversas. Um único professor ministra conteúdos diferenciados correspondentes a cada ano escolar. É uma forma de ensino comum na zona rural em razão de fatores como acesso difícil, número reduzido de alunos na localidade e carência de professores.

Destaca-se que esta organização de ensino requer tanto da parte do gestor municipal apoio técnico e financeiro, como da parte do professor conhecimento e habilidade no desenvolvimento da metodologia que será eficaz ao alcance do ensino aprendizagem dos alunos matriculados nessas turmas.

a) Situação Encontrada

No município de Bagre 90% das escolas estão localizadas na zona rural, tendo sido possível observar, por ocasião da visita, que há a utilização do método de ensino multisseriado. Os professores informaram que não há material didático e bibliográfico específico para o desenvolvimento da proposta pedagógica, bem como não há oferta de capacitação adequada para os profissionais que atuam neste segmento, além do fato que na zona rural professores formados em uma área de conhecimento ministram aulas em disciplinas diferentes da sua formação.

b) Problema Identificado

Ausência de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas.

Inexistência de formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento.

Inexistência de materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas.

c) Solução Proposta

Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas.

Realizar formação continuada específica para os educadores, que atuam na modalidade de ensino multisseriado.

Fornecer materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas.



Retorno às Aulas Presenciais

Em decorrência da pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 11/2020, aprovando orientações educacionais no âmbito nacional para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais na rede de ensino. Em seguida, editou a Resolução nº 15/2020, estabelecendo diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040/2020, com relação às normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020), estabelecendo enfim orientação às redes de ensino quanto a integração curricular e a prática das ações educacionais em âmbito nacional no período da pandemia

a) Situação Encontrada

De acordo com dados declarados, em março de 2020 a SEMED suspendeu as aulas presenciais na sua rede de ensino, não disponibilizando nenhuma metodologia de ensino (presencial ou remota) e/ou atividades pedagógicas. Em 2021, foram distribuídas a cada quinze dias atividades pedagógicas para os alunos da rede municipal de ensino. Essas atividades valiam pontos para somar nas notas finais dos alunos.

O retorno dos alunos da rede municipal às aulas presenciais ficou programado para ocorrer em fevereiro de 2022.

b) Problema Identificado

Não disponibilização de metodologia de ensino (presencial ou remota) e/ou atividades pedagógicas.

Precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias para retorno seguro às aulas presenciais.

c) Solução Proposta

Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal.



Calendário Escolar - Carga Horária Mínima Anual

A Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 31, inciso II, que a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

A Lei nº. 14.040/2020, em virtude da pandemia, estabeleceu as seguintes exceções:

- i. Para a educação infantil, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional (200 dias) e o cumprimento da carga horária mínima anual (800 horas); e
- ii. Para o ensino fundamental, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

a) Situação Encontrada

Conforme informações dos gestores escolares, no período normal de aula, os dias letivos deixam de ser cumpridos em razão de diversos fatores, dentre os quais: a) falta da alimentação escolar para os alunos; b) os barqueiros interrompem o transporte dos alunos para receberem seus pagamentos; c) redução de horas e dias letivos semanais em decorrência das condições de trafegabilidade nos rios.

b) Problema Identificado

Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais.

c) Solução Proposta

Reorganizar o calendário escolar considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem;

Viabilizar mecanismos que possibilitem a realização do pagamento dos professores e barqueiros de forma a não inviabilizar o cumprimento dos dias letivos.

3.2.3. ESTRUTURA ESCOLAR

A infraestrutura escolar abrange espaço físico arejado e com acessibilidade, contendo salas de aulas espaçosas, banheiros, refeitórios, biblioteca, compreendendo também mobiliário e equipamentos adequados tanto à idade quanto ao atendimento das pessoas com deficiências especiais.

a) Situação Encontrada

Nas visitas in loco realizadas nas escolas da zona rural e urbana, ficaram evidentes os seguintes aspectos:

- i. lâmpadas queimadas ou ausentes;
- ii. fiação elétrica exposta;
- iii. ambientes quentes (salas de aula, cozinhas, etc.) - ventilação insuficiente;
- iv. abastecimento de água precário, inclusive sem controle de potabilidade da água;
- v. equipamentos e mobiliários insuficientes e/ou inadequados;
- vi. inexistência de ambientes como refeitórios, depósitos de alimentação escolar, quadra de esportes;
- vii. instalações prediais danificadas e inadequadas, inclusive sem acessibilidade.

Fotos 1 a 6 - Escola Municipal na Zona Rural



b) Problema Identificado

Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, além de carência de mobiliários escolares.

c) Solução Proposta

Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares.

3.2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O art. 208 da Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei nº 11.947/2009, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dispõe que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas na legislação correlata. Estabelece ainda que o município destine pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que a obrigação da União, através do PNAE, é de caráter complementar, ficando ao encargo dos estados e municípios, a função principal de oferecer aos seus alunos do ensino básico, a alimentação escolar.



Elaboração de Cardápios

Considerando o disposto na resolução CD/FNDE nº 06/2020, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Responsável Técnico (RT) do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

a) Situação Encontrada

Segundo verificado por ocasião da visita ao Departamento de Assistência ao Estudante (DAE/SEMED), os cardápios da alimentação escolar são elaborados pela nutricionista lotada naquele setor. Contudo, pela informação prestada pela Secretária Municipal os cardápios elaborados não respeitam as faixas etárias, o perfil epidemiológico dos alunos atendidos, os hábitos alimentares da localidade e a sua vocação agrícola. Não há padronizações técnicas (receita) das preparações servidas aos alunos das escolas municipais.

Os gestores das escolas visitadas, tanto da zona urbana quanto da zona rural, informaram que o cardápio sugerido para alimentação escolar não é seguido pelos manipuladores nas escolas. Além disso, os cardápios elaborados apresentam diferenças em suas especificações em razão da impossibilidade de armazenamento de produtos que necessitam de refrigeração, situação mais recorrente na zona rural.

b) Problema Identificado

Elaboração de cardápio da alimentação escolar sem considerar as faixas etárias, o perfil epidemiológico dos alunos atendidos, os hábitos alimentares e a vocação agrícola da localidade.

Os cardápios elaborados para a zona rural com priorização na oferta de produtos industrializados e processados.

c) Solução Proposta

Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural.



Aquisição de Gêneros Alimentícios

A Aquisição dos gêneros alimentícios deve ser pautada no cardápio elaborado pela nutricionista (Responsável Técnico), observando as diretrizes do PNAE e priorizando a alimentação saudável, com respeito aos hábitos alimentares, a cultura alimentar local, os alimentos in natura, evitando alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional, e resguardando a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

a) Situação Encontrada

Conforme relato da responsável pelo DAE/SEMED, a quantidade de gêneros adquirida é insuficiente para atender os 22 (vinte e dois) dias letivos/mês, mesmo com o aporte de recursos do tesouro municipal. Nas visitas às escolas, constatou-se que a alimentação escolar distribuída não é suficiente para todos os dias letivos do mês.

Ainda segundo a responsável pelo DAE, o município não consegue cumprir a aplicação mínima de 30% (trinta por cento) do total dos recursos repassados por conta do PNAE com gêneros oriundos da agricultura familiar, por haver poucos produtores rurais habilitados, produtos certificados, e por inexistência de maior variedade de produtos disponíveis no meio rural. Os produtos da agricultura familiar mais adquiridos são açaí e frango.

b) Problema Identificado

Recursos financeiros insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar.

Aquisição de produtos da agricultura familiar abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor.

c) Solução Proposta

Pleitear ao FNDE o aumento no repasse de recursos do PNAE, diante dos elevados custos de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios para as escolas rurais, decorrentes das particularidades geográficas da região - distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso, que impõe a necessidade de reexame do valor per capita.

Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar.



Distribuição de Gêneros Alimentícios

a) Situação Encontrada

Em período anterior à pandemia, segundo informações da gestão municipal, a execução do PNAE necessitava de pequenos ajustes. A entrega dos gêneros alimentícios ocorria de forma intempestiva, em razão do atraso na entrega dos fornecedores, comprometendo o cumprimento dos cardápios elaborados pela nutricionista, embora houvesse um calendário de distribuição de alimentação escolar.

No período da pandemia, com o intuito de dar cumprimento à Resolução nº 02/2020/CD/FNDE, a SEMED distribuiu kits para os alunos mais carentes em 2020 (três entregas) e 2021 (apenas uma entrega), em razão da insuficiência de gêneros alimentícios. O DAE/SEMED distribuía os fardos de alimentos para as escolas, que montavam os kits e distribuía para as famílias.

b) Problema Identificado

Ausência de controle efetivo da SEMED no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas pela SEMED.

c) Solução Proposta

Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas.



Armazenamento de gêneros alimentícios

a) Situação Encontrada

Durante as visitas in loco, verificou-se que o depósito central, local de armazenagem dos gêneros alimentícios antes de serem distribuídos às escolas, é quente e abafado e não possui exaustor.

Nas escolas visitadas, verificou-se escolas que não possuem depósito para guarda de gêneros alimentícios, que são armazenados em armários e baldes localizados na sala da direção e em outras dependências das escolas. Nas escolas que possuem depósito, constatou-se que o espaço necessita de adequações para armazenamento dos gêneros alimentícios, assim como os mobiliários e equipamentos diversos também não são adequados para proporcionar melhores condições de armazenamento.

Verificou-se também que a SEMED não dispõe de controle de estoque dos alimentos armazenados no depósito central e nas escolas.

b) Problema Identificado

Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, tanto no depósito central quanto nas escolas, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques.

O depósito central e as escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados.

c) Solução Proposta

Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto no depósito central quanto nas escolas.

Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade.



Acompanhamento e Execução do Programa

a) Situação Encontrada

O responsável pelo DAE/SEMED informou existir 1 (um) nutricionista e 1 (um) assistente para realizar o acompanhamento das ações de alimentação e nutrição na rede municipal.

b) Problema Identificado

Número reduzido de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal.

c) Solução Proposta

Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista.

3.2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o Estado deve garantir programas públicos de transporte escolar, assegurando acesso e permanência na escola para os alunos da zona rural.

O Art. 11, VI, da Lei nº 9.394/96 obriga os municípios a assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Não afastando a responsabilidade solidária de todos os Entes da Federação frente ao que está estabelecido no Art. 208, VII, da Constituição.

Assim, são necessárias providências aptas a assegurar que o poder público cumpra o seu dever de viabilizar o acesso de crianças à escola, viabilizando condições adequadas, regulares e seguras para a prestação do serviço de transporte escolar, observando principalmente o atendimento às regras de segurança em vigor.

Na prática, essa prestação de serviço é garantida por meio de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), pelo Programa Federal “Caminho da Escola”, e recursos de ordem estadual e municipal.



Formas de Atendimento de Transporte Escolar

Na atualidade, a política pública de transporte escolar é garantida por meio de utilização de veículos (ônibus e micro-ônibus) e embarcações (lanchas) do Programa “Caminho da Escola”, do FNDE, bem como por locação de veículos e barcos de terceiros, por meio de contratação custeada com recursos do PNATE e outras fontes de recursos pertencentes ao estado e/ou município.

a) Situação Encontrada

De acordo com a SEMED, o transporte escolar dos estudantes da zona rural que moram no entorno das escolas é realizado por meio de barco. O município possui 3 lanchas do Programa “Caminho da Escola”, com capacidade de transportar até 20 alunos, de grande porte, rápidas, fechadas e apropriadas, mas o tamanho impede que circulem pelos pequenos rios/furos da zona rural. Por esse motivo, a maioria dos barcos que fazem o transporte escolar são de pequeno porte e lentos, os chamados “rabudos”, e são locados de barqueiros das proximidades que conhecem bem a região. Essas embarcações são inapropriadas por não possuírem coberturas, nem coletes salva-vidas, possuem apenas cobertura do eixo do motor, para evitar escarpelamentos.

Segundo os gestores escolares os barcos não estão em condições legais de funcionamento, os motoristas não são legalmente habilitados, bem como não existem monitores nas embarcações para acompanhar os alunos. O tempo médio de percurso casa/escola/casa é em torno de 2 horas, nas localidades mais distantes, sendo um fator que interfere na evasão escolar, desestimulando os alunos a continuarem os estudos.

Constatou-se nas visitas in loco que nas escolas rurais o tempo de permanência no transporte escolar prejudica o aprendizado dos alunos e impacta no horário das aulas. Alunos que moram atrás da ilha de Bagre, que estudam na sede do município, sofrem mais com o acesso às escolas, pois o transporte escolar ocorre somente pelo horário da manhã, mesmo tendo aulas em algumas escolas no turno da tarde. Nesse caso, o transporte dos alunos fica sob a responsabilidade dos pais, ocasionando a falta às aulas quando os pais não têm recursos para levar os filhos à escola ou quando há falta de combustível no município.

b) Problema Identificado

Inadequação do transporte escolar (“rabudos”) nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés, predominante no município.

Os veículos e embarcações contratados pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade. (Quadro 6).

c) Solução proposta

Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação.



Contratação dos Serviços Prestados

a) Situação Encontrada

A Secretária de Educação declarou que a contratação de transporte fluvial no município para o transporte escolar decorre de procedimento licitatório efetuado junto à pessoa jurídica, responsabilizando-se a SEMED pelo pagamento do uso da embarcação e pelo fornecimento de combustível na quantidade necessária para cumprir o trajeto.

A gestão do transporte escolar para as escolas localizadas na zona rural é descentralizada nos polos, cujos responsáveis definem a rota das embarcações, indicam as embarcações e os barqueiros a serem contratados, assim como estabelecem regras a serem cumpridas pelos barqueiros. Segundo o responsável por um dos polos, a SEMED não possui regras definidas para contratação das embarcações.

b) Problema Identificado

Elevado custo na contratação de serviços terceirizados, em decorrência da necessidade de disponibilização de grande número de embarcações para atender escolas com localizações geográficas dispersas.

c) Solução Proposta

Revisar as rotas do transporte escolar, no sentido de otimizar os trajetos e/ou avaliar a possibilidade de nucleação de escolas da zona rural.

3.2.6. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Garantir uma educação pública de qualidade requer, dentre outras medidas, adoção de ações que garantam a qualidade nas condições de trabalho dos educadores e sua remuneração condigna, assegurado nos termos do art. 67 Lei nº 9.394/96 (LDB) e consubstanciado na meta 18 do PNE.



Estruturação do Quadro de Servidores

A Meta 18.1 do PNE estabeleceu que, até o início do terceiro ano de vigência do plano, ou seja, 2017, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares às quais se encontrem vinculados.

a) Situação Encontrada

Segundo informação do gestor, o quadro de servidores em efetivo exercício na educação da rede é o seguinte: dentre os profissionais do magistério 31,2% são concursados, e 68,8% são temporários; no caso dos profissionais da educação não docentes, 21,7% são concursados e 78,3% são temporários (Quadro 7).

Quadro 7 - Servidores em efetivo exercício na rede municipal de Breves – 2021

SERVIDORES DO MAGISTÉRIO			SERVIDORES DA EDUCAÇÃO		
	TOTAL	%		TOTAL	%
 EFETIVOS	103	31,2	 EFETIVOS	175	21,7
 TEMPORÁRIO	227	68,8	 TEMPORÁRIO	630	78,3
TOTAL	330	100,0	TOTAL	805	100,0

Fonte:SEMED

De acordo com a Secretária, o último concurso foi realizado em 2004, e em 2005 o novo gestor alegou ilegalidade e cancelou, e até o presente momento isto não foi resolvido na Justiça.

b) Problema Identificado

O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017.

c) Solução proposta

Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério.



Remuneração

A remuneração do servidor integra o processo de valorização do servidor, e pressupõe uma remuneração condigna, de desenvolvimento do processo formativo e condições mínimas de trabalho, e que devem estar consubstanciadas no Plano de Carreiras do Servidor (PCCR).

Aos profissionais da educação é assegurada a existência de Plano de Carreiras tendo como referência o Piso Salarial Profissional Nacional, estabelecido nos termos do inciso VIII, Art. 206 da Constituição Federal, e regulamentado pela Lei nº 11.738/2008.

a) Situação Encontrada

A remuneração do pessoal do magistério do município está prevista no PCCR (Lei nº 005/2005-GP) e abrange tanto efetivos quanto temporários, na medida do que a lei permite.

Os coordenadores pedagógicos só recebem 180 h (base), conforme estabelecido em lei, mas a categoria não está satisfeita com o salário. Nas visitas in loco às escolas, os professores relataram que geralmente são contratados sob a forma temporária entre março e abril e dispensados em dezembro.

b) Problema Identificado

Vantagens remuneratórias dos profissionais do magistério efetivos não são aplicadas aos servidores temporários.

Tratamento desigual no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério temporários.

c) Solução Proposta

Assegurar o tratamento remuneratório isonômico previsto no PCCR, no que couber.



Formação de Docentes

A formação continuada dos professores se constitui num importante instrumento de aprimoramento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino que serão utilizadas em sala de aula. É um processo de aprimoramento dos saberes e que irão assegurar uma atuação docente mais efetiva e que resulte na melhoria da qualidade do ensino.

a) Situação Encontrada

A Secretária de Educação informou que são oferecidas poucas formações pedagógicas durante o ano para os professores da rede. Essas formações ocorrem durante a jornada pedagógica no início do ano letivo, ministradas pelos coordenadores pedagógicos da própria rede. Há também rodas de conversa que ocorrem nas escolas durante o ano letivo, dando continuidade aos temas abordados na jornada pedagógica.

Os coordenadores pedagógicos auxiliam os professores em suas atividades, dão feedback sobre as provas que serão aplicadas aos alunos, sugerindo ajustes antes da aplicação e atividades/revisões/simulados caso as turmas tenham baixo desempenho nas avaliações. Os coordenadores reúnem com os professores, por ciclo de aprendizagem, para orientar o que os alunos devem aprender por ano/série, segundo o currículo. A Diretoria de Ensino orienta as escolas no que precisar.

Nas visitas in loco, os professores informaram que durante a pandemia receberam das coordenadoras pedagógicas orientações para as aulas remotas e atividades a serem distribuídas aos alunos.

b) Problema Identificado

Inexistência de formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que trabalham com objetivos de aprendizagem do currículo e ou avaliações externas.

c) Solução Proposta

Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada.

3.2.7. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS

É fundamental e necessário estimular o controle social dos recursos da educação, adotando, dentre outras medidas, o funcionamento regular e autônomo dos conselhos de acompanhamento e controle social da área de educação, para que lhes sejam garantidas condições previstas na legislação para cumprir seu papel institucional.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) vem estimulando os Tribunais de Contas de todo o país a prestar apoio a esses conselhos sociais, e inclusive editou a Resolução nº 03/2015, que voltado exclusivamente para a temática “Controle externo nas despesas com educação”.

Nesse sentido, a visita in loco aos CAE e CACS-Fundeb teve por objetivo identificar o funcionamento desses conselhos de controle social de Bagre, avaliando as condições de apoio para garantia da realização de suas atribuições.



Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb)

O CACS-Fundeb é responsável pela fiscalização e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, juntamente com os órgãos de Controle Interno, Tribunais de Contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto no art. 30 da Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o novo FUNDEB.

a) Situação Encontrada

Os membros do CACS-Fundeb relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

- i. inexistência de um planejamento anual de suas ações;
- ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE;
- iii. não disponibilização dos meios para garantir infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenharem suas funções;
- iv. não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços pertinente a aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE.
- v. Os membros do CACS Fundeb não realizam visitas in loco aos estabelecimentos escolares para verificação da aplicação dos recursos do FUNDEB.

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb.

Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CACS-Fundeb.

c) Solução Proposta

Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais.

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE.

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet.



Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)

O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo, representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos.

O CAE tem como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo FNDE, que complementa o recurso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução do PNAE.

a) Situação Encontrada

Em reunião realizada com membros do CAE, foi relatado que a nova composição do Conselho ocorreu em junho de 2021 e que, no momento da visita do TCMPE, ainda não haviam realizado nenhuma reunião. Por esta razão, ainda não haviam elaborado um planejamento de suas ações para acompanhar a execução do PNAE na rede de ensino, assim como não tinham acompanhamento do processo de elaboração dos cardápios do programa de alimentação escolar, a participação em procedimentos licitatórios e chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios do programa de alimentação escolar, e a realização de visitas às escolas para verificar a execução do PNAE.

Foi relatado pelos conselheiros que a SEMED não disponibiliza infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenho de suas funções.

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE.

Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CAE.

c) Solução Proposta

Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais.

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE.

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet.



Conselho Municipal de Educação (CME)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 (LDB) amparam a existência, enquanto instituição, do CME. O PNE, na estratégia 19.5, da Meta 19, define o estímulo à criação e ao fortalecimento dos CMEs, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

a) Situação Encontrada

O CME inexistente no município. A regularização das escolas municipais é realizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

b) Problema Identificado

Não existência de Conselho Municipal de Educação.

c) Solução proposta

Criar o Conselho Municipal de Educação.



Conselho Escolar (CE)

O artigo 206 da Constituição Federal definiu que a educação pública no Brasil, deve ser pautada, com destaque para a gestão democrática do ensino. A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seus artigos 14 e 15, estabeleceu a obrigatoriedade de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares enquanto princípio de gestão democrática, atribuindo aos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica gradativos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O Conselho Escolar se constitui como órgão colegiado com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, alunos, professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

a) Situação Encontrada

De acordo com as informações do gestor, a rede de educação do município possui apenas 18 conselhos escolares, sendo 14 ativos e 04 inativos. Os conselhos escolares ativos estão aptos a receber recursos do PDDE e demais Ações Agregadas.

Existem diversos fatores que interferem na atuação dos representantes do Conselho Escolar, que se referem a:

- i. Dificuldade de quórum para realização de reuniões ordinárias;
- ii. Dificuldade de articulação no sentido de renovação dos membros do Conselho Escolar;
- iii. Ausência ou pouca realização de formação para os membros do Conselho Escolar;
- iv. Ausência de apoio por parte da Secretaria Municipal de Educação.

As principais dificuldades existentes para a execução dos recursos do PDDE e Ações Agregadas são:

- i. Retardamento no processo de eleição e posse dos dirigentes da UEx;
- ii. Problemas com o Banco do Brasil.

Os Conselhos Escolares das escolas visitadas não disponibilizam a documentação pertinente à prestação de contas dos gastos realizados em local de fácil acesso na escola. Nem todos os conselhos escolares visitados divulgam as suas decisões à comunidade escolar, não registram em atas as decisões sobre o uso dos recursos, não divulgam a ata das reuniões que definiram as prioridades de uso dos recursos e não elaboram o Plano de Aplicação dos recursos do PDDE e das Ações Agregadas.

b) Problema Identificado

Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar.

Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho.

Ausência de registro em ata das reuniões realizadas pelos Conselhos Escolares de algumas escolas.

Ausência de divulgação das atas das reuniões e de divulgação das decisões tomadas pelos Conselhos Escolares à comunidade escolar.

Inexistência do Plano de Aplicação dos recursos do PDDE e das Ações Agregadas.

c) Solução Proposta

Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar;

Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar;

Incentivar os conselhos escolares a registrar em ata as reuniões realizadas, divulgar à comunidade escolar as atas das reuniões e as decisões tomadas pelos conselhos escolares.

Disponibilizar apoio técnico no sentido de incentivar os conselhos escolares a elaboração do Plano de Aplicação dos recursos do PDDE e das Ações Agregadas.



CONCLUSÃO

Com a realização da visita in loco no município de Bagre consolida-se a etapa de elaboração do diagnóstico. O trabalho evidenciou a existência de estabelecimentos escolares com situação precária de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias, que necessitam de providências necessárias à garantia de um ambiente escolar seguro aos estudantes e com condições mínimas de funcionamento no retorno às aulas presenciais.

Foi também possível constatar a ausência de planejamento das ações indispensáveis ao cumprimento das atividades de ensino-aprendizagem da rede de ensino e à melhoria dos indicadores educacionais do município, que perpassam pela ausência de projetos pedagógicos, insuficiência de formações continuadas dos profissionais da educação, fragilidade na operacionalização do PNAE e PNATE e a falta de apoio para atuação dos Conselhos de Controle Social (CAE e CACS/FUNDEB).

A despeito das dificuldades decorrentes da localização das características geográficas e da extensão do município de Bagre que demanda dispor de tempo considerável para realização de deslocamento, que impossibilitou o acesso à totalidade das escolas da zona rural, que se dá por meio fluvial, a visita in loco no referido município permitiu à equipe, ainda que por amostragem, avaliar e elaborar diagnóstico da educação no município em seus diversos aspectos, tendo como base inicial os indicadores educacionais oficiais e aplicação de questionários on-line, resultando na identificação dos principais pontos suscetíveis de sugestões para resolução de problemas e melhoria na rede pública municipal de educação de Bagre.



ENCAMINHAMENTO

O diagnóstico do município de Bagre, que compõe a etapa piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, constitui avaliação e fonte de estudo, a partir da qual é possível pensar e propor medidas capazes de induzir à melhoria e à efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para a região como um todo, mediante esforços coletivos, sistêmicos e sinérgicos. Mas também, pretende contribuir de forma robusta, com o gestor local, pois, o conhecimento produzido constitui um guia qualificado e apto a subsidiá-lo na tomada de decisões no que diz respeito à implementação de ferramentas de gestão, bem como quanto à busca e desenvolvimento de treinamentos, capacitação, cursos e oficinas hábeis a instrumentalizar os profissionais da rede municipal para realizarem suas atividades com mais eficiência, rapidez e qualidade.

Os trabalhos executados, até então, consistem em uma iniciativa pioneira no âmbito desta Corte de Contas, e não se conformam aos parâmetros de uma fiscalização tradicional, tendo em vista que os resultados obtidos têm o intuito de fomentar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, promovendo diálogo e integração que assegurem uma atuação articulada, capaz de transformar realidades que resultem na construção de um cenário favorável, no qual se garanta a concretização de um direito fundamental, mediante a efetiva geração e entrega de valor público à sociedade.

O presente relatório oferta um retrato acerca da situação geográfica e social vivenciada pela rede municipal de educação e população de Bagre, quanto às 7 (sete) dimensões estruturantes do Projeto, funcionando como diretriz na definição das questões prioritárias a serem atendidas.

Ao final desse ciclo foi possível identificar as causas dos problemas encontrados e refletir sobre potenciais soluções (quadro resumo), cujas propostas apresentadas pelo grupo de trabalho perpassam por arranjos coletivos e articulação interinstitucional, uma vez que as implementações de ações isoladas têm demonstrado sobreposição, duplicidade e fragmentação de esforços e, por conseguinte, conduzido à perda de oportunidades de sinergia e integração regional. Mas, também pressupõe o diálogo com o Prefeito e Secretária de Educação, com o objetivo de comunicar o diagnóstico produzido, esclarecendo dúvidas e orientando-o quanto à tomada de decisões de curto e médio prazo.

Desse modo, serão adotados os seguintes encaminhamentos:

- a) Reunir com o Prefeito e Secretária de Educação de Bagre, para comunicar o resultado do presente diagnóstico, e especialmente, estabelecer amplo diálogo, ocasião em que a equipe responsável pela execução do trabalho estará disponível para ofertar esclarecimentos e assinalar orientações que contribuirão para a resolução a curto e médio prazo quanto aos problemas identificados.
- b) Informar sobre as discussões em andamento com o FNDE, a UFPA, UEPA e outras Instituições Públicas, bem como Organizações Não Governamentais que atuam na área educacional e convidar os Gestores a firmarem parcerias que visem assegurar a sistematização das ações e impedir a duplicidade de esforços, dando origem a projetos resolutivos dos problemas identificados no município de Bagre e regionalmente, pautados em estratégias de intersectorialidade e multidisciplinariedade, necessárias ao êxito das propostas de melhoria da educação.
- c) Conscientizar e sensibilizar o Gestor a respeito da perspectiva de resolução de problemas de forma articulada e sustentável, a partir de uma atuação cooperativa, coordenada e colaborativa, informando sobre as tratativas em andamento quanto à implementação de futuro arranjo coletivo, a exemplo da composição do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil (GAEPE), idealizado pelo Instituto ARTICULE, cuja operacionalização ocorre em parceria com a ATRICON e CTE/IRB, comunicando-lhe, na ocasião, que um dos desdobramentos dessa primeira etapa do projeto piloto resultará na formação do GAEPE - ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, um mecanismo de governança de política pública, multi-institucional, para o qual o município de Bagre é convidado a integrar, com intuito de protagonizar uma proposta de transformação e melhoria das políticas educacionais locais, além de contribuir para o progresso da região como um todo.
- d) Formar banco de dados do município de Bagre, sob a supervisão da DIPLAMFCE, por meio da Coordenação Especializada em Educação, cuja organização e armazenamento subsidiará, além da referida Diretoria, o Relator vinculado e a Controladoria responsável pelo acompanhamento das contas do município quanto à viabilidade de futuras ações de controle ou trabalhos específicos, como celebração de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), emissão de alertas, aviso e produção de Notas Recomendatórias.
- e) Comunicar o resultado do presente relatório à Presidente e a todos os membros deste TCMPA, esclarecendo que a avaliação diagnóstica do município de Bagre será consolidada com os demais municípios do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de assegurar uma interpretação

regionalizada, sem ranqueamento por município, apta a subsidiar futuras tratativas de implementação de um instância plural de diálogo e pactuação em prol da melhoria das políticas educacionais dos 17 municípios contemplados na etapa Piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará.

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de Bagre

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
EIXO 1 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		
Planejamento	Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares	Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento
Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede	Não utilização efetiva pela SEMED e pelas escolas da rede municipal das ferramentas disponibilizadas pela plataforma de gestão Conviva	Propiciar a infraestrutura necessária que possibilite a utilização pela gestão escolar do município das ferramentas disponibilizadas pela Plataforma de Gestão Conviva, para garantir a integração das informações e o acompanhamento dos resultados da rede municipal
Estrutura Organizacional da Rede	A estrutura predial da Secretaria é inadequada	Proceder o levantamento das necessidades de adequação da infraestrutura do prédio da SEMED para o desenvolvimento das atividades rotineiras da Secretaria e, em seguida, providenciar a reforma e/ou ampliação, bem como prover a Secretaria de todo o mobiliário e equipamentos necessários
Seleção de gestores escolares	A escolha de diretores decorre de indicação política, sem a completa observância dos critérios técnico-pedagógicos definidos pela própria gestão municipal Os critérios técnico-pedagógicos definidos pela legislação municipal não contemplam, em sua totalidade, as competências necessárias para o exercício da função de gestor escolar, quanto às habilidades administrativas e organizacionais, habilidades de comunicação e características individuais próprias, como liderança, autoridade e inovação	Adequar a legislação municipal para contemplar todas as competências técnicas necessárias ao exercício da função de diretor escolar da rede pública municipal e observar os critérios técnico-pedagógicos definidos para escolha dos diretores das escolas
EIXO 2 - UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA		
Realização de Busca Ativa Escolar	As ações realizadas produziram um resultado favorável apenas no segmento da educação fundamental do 6º ao 9º ano	Fortalecer as ações de realização da busca ativa dos alunos da educação infantil, ensino fundamental do primeiro segmento e do EJA, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 anos
Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal	Não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série	Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem envolvendo os alunos da rede municipal de ensino

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
Projetos Pedagógicos com vistas à Melhoria dos Resultados	<p>Inexistência de estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB</p> <p>Insuficiência de estratégias para assegurar a participação das famílias nas atividades escolares</p>	<p>Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade</p> <p>As escolas têm que ampliar as estratégias direcionadas à sensibilização das famílias quanto à relevância da participação na vida escolar</p>
Turmas Multisseriadas	<p>Ausência de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas</p> <p>Inexistência de formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento</p> <p>Inexistência de materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas</p>	<p>Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas</p> <p>Realizar formação continuada específica para os educadores, que atuam na modalidade de ensino multisseriado</p> <p>Fornecer materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas</p>
Retorno às Aulas Presenciais	<p>Não disponibilização de metodologia de ensino (presencial ou remota) e/ou atividades pedagógicas</p> <p>Precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias</p>	<p>Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal</p>
Calendário Escolar - Carga horária mínima anual	<p>Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais</p>	<p>Reorganizar o calendário escolar considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem</p> <p>Viabilizar mecanismos que possibilitem a realização do pagamento dos professores e barqueiros de forma a não inviabilizar o cumprimento dos dias letivos</p>
EIXO 3 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR		
Infraestrutura Escolar	<p>Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários</p>	<p>Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares</p>
EIXO 4 – POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Elaboração dos Cardápios	<p>Elaboração de um cardápio sem considerar as faixas etárias, o</p>	<p>Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os</p>

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	<p>perfil epidemiológico dos alunos atendidos, os hábitos alimentares e a vocação agrícola da localidade</p> <p>Os cardápios elaborados para a zona rural com priorização na oferta de produtos industrializados e processados</p>	<p>hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável</p> <p>Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural</p>
Aquisição de gêneros alimentícios	<p>Recursos financeiros insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar</p> <p>Aquisição de produtos da agricultura familiar abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor</p>	<p>Pleitear ao FNDE o aumento no repasse de recursos do PNAE, diante dos elevados custos de aquisição e distribuição de gêneros alimentícios para as escolas rurais, decorrentes das particularidades geográficas da região - distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso, que impõe a necessidade de reexame do valor <i>per capita</i></p> <p>Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar</p>
Distribuição de gêneros alimentícios	<p>Ausência de controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas pela SEMED</p>	<p>Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas</p>
Armazenamento de gêneros alimentícios	<p>Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, tanto no depósito central quanto nas escolas, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques</p> <p>O depósito central e as escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados</p>	<p>Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto no depósito central quanto nas escolas</p> <p>Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade</p>
Acompanhamento da execução do Programa	<p>Número reduzido de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal</p>	<p>Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista</p>
EIXO 5 - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR		
Formas de atendimento de transporte escolar	<p>Inadequação do transporte escolar ("rabudos") nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés, predominante no município</p> <p>Os veículos e embarcações contratados pela rede apresentam</p>	<p>Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação</p>

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade	
Contratação dos Serviços Prestados	Elevado custo na contratação de serviços terceirizados, em decorrência da necessidade de disponibilização de grande número de embarcações para atender escolas com localizações geográficas dispersas	Revisar as rotas do transporte escolar, no sentido de otimizar os trajetos e/ou avaliar a possibilidade de nucleação de escolas da zona rural
EIXO 6 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		
Estruturação do Quadro de Servidores	O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017	Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério
Remuneração	Vantagens remuneratórias dos profissionais do magistério efetivos não são aplicadas aos servidores temporários Tratamento desigual no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério temporários	Assegurar o tratamento remuneratório isonômico previsto no PCCR, no que couber
Formação Docente	Inexistência de formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que trabalham com objetivos de aprendizagem do currículo e ou avaliações externas	Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada
EIXO 7 - FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS		
CACS-Fundeb	Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CACS-Fundeb	Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet
CAE	Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CAE	Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet
CME	Não existência de Conselho Municipal de Educação	Criar o Conselho Municipal de Educação

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
Conselhos Escolares	<p>Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar</p> <p>Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho</p> <p>Ausência de registro em ata das reuniões realizadas pelos Conselhos Escolares de algumas escolas</p> <p>Ausência de divulgação das atas das reuniões e de divulgação das decisões tomadas pelos Conselhos Escolares à comunidade escolar</p> <p>Inexistência do Plano de Aplicação dos recursos do PDDE e das Ações Agregadas</p>	<p>Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar</p> <p>Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar</p> <p>Incentivar os conselhos escolares a registrar em ata as reuniões realizadas, divulgar à comunidade escolar as atas das reuniões e as decisões tomadas pelos conselhos escolares</p> <p>Disponibilizar apoio técnico no sentido incentivar os conselhos escolares a elaboração do Plano de Aplicação dos recursos do PDDE e das Ações Agregadas</p>